



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

06

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 2115

PROJETO DE LEI Nº 70/91

"Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências....."

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º) - Esta lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança.

Artigo 2º) - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, - saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e - outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II - políticas e programas de assistência social de caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem.

III - serviços especiais, nos termos desta lei.

§ 1º - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a adolescência.

§ 2º - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiências das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho.

Artigo 3º) - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

- 02 -

I - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE;

II - CONSELHO TUTELAR.

Artigo 4º) - O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, - desta lei, ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - abrigo ;
- V - liberdade assistida;
- VI - semi-liberdade;
- VII - internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam a:

I - prevenção e atendimento médico e psicológico de vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, - crueldade e opressão;

II - identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

III - proteção jurídico-social.

§ 3º - O consórcio a que se refere este artigo depende de lei específica.

### CAPÍTULO II

#### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

### SEÇÃO I

#### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Artigo 5º) - Fica criado o Conselho Municipal -



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

- 03 -

dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90.

Parágrafo Único - O Conselho administrará um fundo de recursos destinado ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assim constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;

V - por outros recursos que lhe forem destinados;

VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII - os contribuintes do Imposto de Renda poderão abater da renda bruta 100% (cem por cento) do valor das doações feitas ao fundo controlado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/90.

Artigo 6º) - O Conselho Municipal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente, quando se fizer necessário.

Artigo 7º) - O Conselho Municipal poderá utilizar-se de funcionários cedidos por órgãos públicos e privados.

### SEÇÃO II

#### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Artigo 8º) - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90) e -



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

- 04 -

em especial:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;

II - gerir o fundo municipal, podendo alocar - recursos para os programas das entidades governamentais e podendo repassar verbas para as entidades não governamentais;

III - zelar pela execução dessa política, atendida as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas - famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

IV - opinar nas formulações das políticas sociais básicas podendo estabelecer as prioridades a serem incluídas - no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e adolescentes;

V - registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mante-  
nham programas de proteção e sócio-educativos, na forma dos arti-  
gos 90 e 91 da Lei nº 8.069/90;

VI - registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operam no municí-  
pio, visando cumprir as normas constantes do referido Estatuto;

VII - instituir grupos de trabalhos e comissões, incumbidos de subsidiar suas atividades;

VIII - elaborar seu Regimento Interno;

IX - solicitar as indicações para o preenchi-  
mento dos cargos dos conselheiros, previstos no artigo 10, nos ca-  
sos de vacância e término de mandato;

X - nomear e dar posse aos membros do Conse-  
lho;

XI - opinar sobre a destinação de recursos e -  
espaços públicos para programações culturais, esportivas e de la-  
zer voltadas para a infância e a adolescência;

XII - fixar a remuneração dos membros do Conse-  
lho Tutelar;

XIII - organizar e manter atualizados um cadas-  
tro das entidades governamentais e não governamentais, e de progra-  
mas de atendimento às crianças e adolescentes no município, visan-  
do subsidiar pesquisas e estudos;



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

- 05 -

XIV - mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade na solução dos problemas da criança e do adolescente;

XV - incentivar a capacitação e o aperfeiçoamento de recursos humanos necessários ao adequado cumprimento da - Lei nº 8.069/90.

Artigo 9º) - O Conselho Municipal manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

### SEÇÃO III

#### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Artigo 10) - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros e 10 (dez) suplentes, sendo:

I - 05 (cinco) membros representando o município provenientes dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social
- b) Secretaria Municipal de Educação
- c) Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo
- d) Secretaria de Finanças
- e) Secretaria do Planejamento

II - 05 (cinco) membros indicados por organizações representativas, não governamentais de defesa e atendimento dos direitos da Criança e Adolescente, da sociedade civil:

- a) 1 representante das entidades de defesa e atendimento da Criança e do Adolescente portador de deficiência;
- b) 2 representantes de Obras Sociais;
- c) 1 representante de Associação de Pais e Mestres (APM)
- d) 1 representante dos movimentos populares ou conselhos (Sindicato, Pastoral da Criança e Associação de Amigos de Bairros).



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

- 06 -

§ 1º - Os conselheiros representantes das Secretarias serão indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poder de decisão no Âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, para nomeação e posse do Conselho.

§ 2º - Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos pelo voto das Entidades representativas, com sede no município, reunidos em Assembléia convocada pelo Prefeito, mediante edital publicado pela imprensa, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação e posse do Conselho.

§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitida a renovação apenas por uma vez e por igual período.

§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º - A nomeação e posse do primeiro Conselho far-se-á pelo Prefeito, obedecida a origem das indicações.

### SEÇÃO IV DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 11) - A substituição do membro titular ou suplente quando desejada pelo órgão público ou organizações representativas da sociedade civil, deverá ser solicitada por carta, com apresentação de justificativa a ser apreciada pelo Conselho.

Artigo 12) - A substituição do membro titular ou suplente quando desejada pelo Conselho, deverá ser solicitada por carta ao Prefeito ou às organizações representativas da sociedade civil, com apresentação de justificativa.

Artigo 13) - No caso de afastamento temporário ou definitivo de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente com direito a voto.

Artigo 14) - Os membros suplentes, quando presen-



**CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811


ESTADO DE SÃO PAULO

- 07 -

(presen-) tes à reuniões, terão assegurado o direito de voz, mesmo na presença dos titulares.

Artigo 15) - Esta lei entrará em vigor na data -  
de sua publicação.

Pirassununga, 06 de Novembro de 1991.

  
Elias Mansur  
Presidente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- PROJETO DE LEI Nº 70/91

"Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências....."

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

## CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º) - Esta lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança.

Artigo 2º) - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II - políticas e programas de assistência social de caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem.

III - serviços especiais, nos termos desta lei.

§ 1º - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a adolescência.

§ 2º - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiências das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho.

Artigo 3º) - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 2 -

I - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE;

II - CONSELHO TUTELAR.

Artigo 4º) - O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, - desta lei, ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - abrigo ;
- V - liberdade assistida;
- VI - semi-liberdade;
- VII - internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam a:

I - prevenção e atendimento médico e psicológico de vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, - crueldade e opressão;

II - identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

III - proteção jurídico-social.

§ 3º - O consórcio a que se refere este artigo depende de lei específica.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### SEÇÃO I

#### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Artigo 5º) - Fica criado o Conselho Municipal -



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 3 -

dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90.

Parágrafo Único - O Conselho administrará um fundo de recursos destinado ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assim constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;

V - por outros recursos que lhe forem destinados;

VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII - os contribuintes do Imposto de Renda poderão abater da renda bruta 100% (cem por cento) do valor das doações feitas ao fundo controlado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/90.

Artigo 6º) - O Conselho Municipal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente, quando se fizer necessário.

Artigo 7º) - O Conselho Municipal poderá utilizar-se de funcionários cedidos por órgãos públicos e privados.

## SEÇÃO II

### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Artigo 8º) - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90) e -



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 4 -

em especial:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;

II - gerir o fundo municipal, podendo alocar recursos para os programas das entidades governamentais e podendo repassar verbas para as entidades não governamentais;

III - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

IV - opinar nas formulações das políticas sociais básicas podendo estabelecer as prioridades a serem incluídas - no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e adolescentes;

V - registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mantenham programas de proteção e sócio-educativos, na forma dos artigos 90 e 91 da Lei nº 8.069/90;

VI - registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operam no município, visando cumprir as normas constantes do referido Estatuto;

VII - instituir grupos de trabalhos e comissões, incumbidos de subsidiar suas atividades;

VIII - elaborar seu Regimento Interno;

IX - solicitar as indicações para o preenchimento dos cargos dos conselheiros, previstos no artigo 10, nos casos de vacância e término de mandato;

X - nomear e dar posse aos membros do Conselho;

XI - opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a adolescência;

XII - fixar a remuneração dos membros do Conselho Tutelar;

XIII - organizar e manter atualizados um cadastro das entidades governamentais e não governamentais, e de programas de atendimento às crianças e adolescentes no município, visando subsidiar pesquisas e estudos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 5 -

XIV - mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade na solução dos problemas da criança e do adolescente;

XV - incentivar a capacitação e o aperfeiçoamento de recursos humanos necessários ao adequado cumprimento da - Lei nº 8.069/90.

Artigo 9º) - O Conselho Municipal manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

## SEÇÃO III

### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Artigo 10) - O Conselho Municipal dos Direitos - da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros e 10 - (dez) suplentes, sendo:

I - 05 (cinco) membros representando o município provenientes dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social
- b) Secretaria Municipal de Educação
- c) Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo
- d) Secretaria de Finanças
- e) Secretaria do Planejamento

II - 05 (cinco) membros indicados por organizações representativas, não governamentais de defesa e atendimento - dos direitos da Criança e Adolescente, da sociedade civil:

- a) 1 representante das entidades de defesa e atendimento da Criança e do Adolescente portador de deficiência;
- b) 2 representantes de Obras Sociais;
- c) 1 representante de Associação de Pais e Mestres (APM)
- d) 1 representante dos movimentos populares ou conselhos (Sindicato, Pastoral da Criança e Associação de Amigos de Bairros).



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 6 -

§ 1º - Os conselheiros representantes das Secretarias serão indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poder de decisão no Âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de 10 (dez) - dias, contados da solicitação, para nomeação e posse do Conselho.

§ 2º - Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos pelo voto das Entidades representativas, com sede no município, reunidos em Assembléia convocada pelo Prefeito, mediante edital publicado pela imprensa, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação e posse do Conselho.

§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos - suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitida a renovação apenas por uma vez e por igual período.

§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º - A nomeação e posse do primeiro Conselho - far-se-á pelo Prefeito, obedecida a origem das indicações.

## SEÇÃO IV DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 11) - A substituição do membro titular ou suplente quando desejada pelo órgão público ou organizações representativas da sociedade civil, deverá ser solicitada por carta, - com apresentação de justificativa a ser apreciada pelo Conselho.

Artigo 12) - A substituição do membro titular ou suplente quando desejada pelo Conselho, deverá ser solicitada por carta ao Prefeito ou às organizações representativas da sociedade civil, com apresentação de justificativa.

Artigo 13) - No caso de afastamento temporário - ou definitivo de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente com direito a voto.

Artigo 14) - Os membros suplentes, quando presen-



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 7 -

(presen-) tes à reuniões, terão assegurado o direito de voz, mesmo na presença dos titulares.

Artigo 15) - Esta lei entrará em vigor na data - de sua publicação.

Pirassununga, 10 de setembro de 1.991.

- ADEMIR VALVES LINDO -  
Prefeito Municipal em Exercício

A Comissão de Justiça, Legislação e  
Redação, para dar parecer.  
Sala das Sessões da C. M. de  
Pirassununga, 10 de 09 de 1991

Presidente

A Comissão de Finanças, Orçamento e  
Lancamento, para dar parecer.  
Sala das Sessões da C. M. de  
Pirassununga, 10 de 09 de 1991

Presidente

Aprovada em 1.ª discussão.  
Sala das Sessões da C. M. de  
Pirassununga, 29 de 10 de 1991

Presidente

Aprovada em 2.ª discussão.  
À redação final.  
Sala das Sessões da C. M. de  
Pirassununga, 05 de 11 de 1991

Presidente



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

## - J U S T I F I C A T I V A -

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Excelentíssimos Senhores Vereadores:

A Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 representou importante conquista para os educadores da área da -  
menoridade. Educadores são todos os adultos conscientes desse-  
País.

Implantar a Lei, deve sê-lo por cada município-  
que constitue a Pátria, defendendo assim, a infância e a adoles-  
cência, bem como, a todos aqueles que se empenham para garantir  
uma proposta político-pedagógica que, de modo efetivo, responda-  
aos problemas de atendimento que a sociedade exhibe hoje de modo  
cruel e desumano. Superar barreiras, amparar, apoiar e encami-  
nhar para a trilha da cidadania se faz mister. É humano. É cris-  
tão.

Há consciência deste Executivo na proposta e, a  
todos nós cabe dotar o município de uma política municipal de -  
atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

O Projeto de Lei ora submetido ao exame dessa -  
Magnífica Casa, traça normas para essa política em Pirassununga,  
criando inclusive o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e  
do Adolescente

Matéria que decorre de Lei Federal, os princípi-  
os básicos contidos neste Projeto, dada a sua relevância, merece-  
rá estudo e aprovação dessa Egrégia Casa de Leis, com certeza.

Contando assim, com o beneplácito dos nobres se



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

(se-) nhores vereadores, desde já fica requerido tramitação em regime de urgência de que trata o Artigo 36 da Lei Orgânica do Município.

Na oportunidade, deixamos patente que legislação dispondo sobre o CONSELHO TUTELAR, noticiado no Artigo 3º, - item II da presente propositura, será num futuro próximo, encaminhada a essa Egrégia Câmara Municipal, para apreciação dos se nhores edis.

No ensejo, reiteramos os mais altos protestos de estima e consideração.

- ADEMIR ALVES LINDO -  
Prefeito Municipal em Exercício.

PI, 10, SET, 91. -





## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER Nº \_\_\_\_\_

### COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei nº 70/91, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e dos Adolescentes, e dá outras providências, nada tem a opor quanto' seu aspecto legal e constitucional.

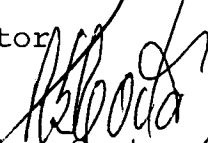
Sala das Comissões, 17/SETEMBRO/1991.

  
Nilton Tomás Barbosa

Presidente

  
João Carlos Sundfeld

Relator

  
Rubens Santos Costa

Membro



## CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER Nº

### COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E LAVOURA


Esta Comissão, examinando o Projeto de Lei nº 70/91, de autoria do Executivo Municipal, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da criança e dos Adolescentes, e dá outras providências, nada tem a objetar quanto seu aspecto financeiro.

Sala das Comissões, 17/SETEMBRO/1991.

  
Roberto Correia  
Presidente

  
Edgar Saggioratto

Relator

  
Gilson Medeiros Cordeiro

Membro



## **CÂMARA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

Rua Joaquim Procópio de Araújo, 1645 — Tel. 61-2681 — 61-2811

ESTADO DE SÃO PAULO

### CAPÍTULO III

#### DO CONSELHO TUTELAR

##### SEÇÃO I

##### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Artigo ...)- Fica criado o Conselho Tutelar, constituído de cinco (05) membros, eleitos, para mandato de 3 anos, permitida uma reeleição, com atribuições definidas no artigo 136, do Estatuto da Criança.

##### SEÇÃO II

##### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Artigo ....) - Para se candidatar a membro do Conselho Tutelar, observar-se-á as disposições do artigo 133 do Estatuto da Criança.

##### SEÇÃO III

##### DO FUNCIONAMENTO E REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS

##### DO CONSELHO

Artigo ...) - O Conselho Tutelar reunir-se-á, ordinariamente ~~semanalmente~~ <sup>1 vez a cada 15 dias</sup>, e extraordinariamente toda vez que for convocado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Prefeito Municipal e pelo Ministério Público.

Artigo...) Os locais, <sup>data</sup> e horários de funcionamento do Conselho serão definidos por ato administrativo do Poder Executivo;

Artigo...) - A remuneração dos membros do Conselho Tutelar será fixada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ouvido o Poder Executivo.

##### SEÇÃO IV

##### DAS ELEIÇÕES



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- LEI Nº 2.211/91 -

"Dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências....."

A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º) - Esta lei dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, de conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1.990 - Estatuto da Criança.

Artigo 2º) - O atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, - saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e - outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

II - políticas e programas de assistência social de caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem.

III - serviços especiais, nos termos desta lei.

§ 1º - O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a adolescência.

§ 2º - É vedada a criação de programas de caráter compensatório na ausência ou insuficiências das políticas sociais básicas no Município sem a prévia manifestação do Conselho.

Artigo 3º) - São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

*Handwritten signature*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 2 -

I - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA  
E DO ADOLESCENTE;

II - CONSELHO TUTELAR.

Artigo 4º) - O Município poderá criar os programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º, - desta lei, ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Os programas serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

- I - orientação e apoio sócio-familiar;
- II - apoio sócio-educativo em meio aberto;
- III - colocação familiar;
- IV - abrigo;
- V - liberdade assistida;
- VI - semi-liberdade;
- VII - internação.

§ 2º - Os serviços especiais visam a:

I - prevenção e atendimento médico e psicológico de vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, - crueldade e opressão;

II - identificação e localização de pais, crianças e adolescentes desaparecidos;

III - proteção jurídico-social.

§ 3º - O consórcio a que se refere este artigo depende de lei específica.

## CAPÍTULO II

### DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### SEÇÃO I

#### DA CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO

Artigo 5º) - Fica criado o Conselho Municipal -



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 3 -

dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado ao Gabinete do Prefeito, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do artigo 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/90.

Parágrafo Único - O Conselho administrará um fundo de recursos destinado ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assim constituído:

I - pela dotação consignada anualmente no orçamento do Município para assistência social voltada à criança e ao adolescente;

II - pelos recursos provenientes dos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - pelas doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - pelos valores provenientes de multas decorrentes de condenações em ações civis ou de imposição de penalidades administrativas previstas na Lei nº 8.069/90;

V - por outros recursos que lhe forem destinados;

VI - pelas rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

VII - os contribuintes do Imposto de Renda poderão abater da renda bruta 100% (cem por cento) do valor das doações feitas ao fundo controlado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o artigo 260 da Lei Federal nº 8.069/90.

Artigo 6º) - O Conselho Municipal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês ou extraordinariamente, quando se fizer necessário.

Artigo 7º) - O Conselho Municipal poderá utilizar-se de funcionários cedidos por órgãos públicos e privados.

### SEÇÃO II

#### DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Artigo 8º) - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90) e -



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 4 -

em especial:

I - formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos;

II - gerir o fundo municipal, podendo alocar - recursos para os programas das entidades governamentais e podendo repassar verbas para as entidades não governamentais;

III - zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades das crianças e dos adolescentes, de suas - famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona urbana ou rural em que se localizem;

IV - opinar nas formulações das políticas sociais básicas podendo estabelecer as prioridades a serem incluídas - no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afe-  
tar as condições de vida das crianças e adolescentes;

V - registrar as entidades não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente que mante-  
nham programas de proteção e sócio-educativos, na forma dos arti-  
gos 90 e 91 da Lei nº 8.069/90;

VI - registrar os programas a que se refere o inciso anterior das entidades governamentais que operam no municí-  
pio, visando cumprir as normas constantes do referido Estatuto;

VII - instituir grupos de trabalhos e comissões, incumbidos de subsidiar suas atividades;

VIII - elaborar seu Regimento Interno;

IX - solicitar as indicações para o preenchi-  
mento dos cargos dos conselheiros, previstos no artigo 10, nos ca-  
sos de vacância e término de mandato;

X - nomear e dar posse aos membros do Conse-  
lho;

XI - opinar sobre a destinação de recursos e -  
espaços públicos para programações culturais, esportivas e de la-  
zer voltadas para a infância e a adolescência;

XII - fixar a remuneração dos membros do Conse-  
lho Tutelar;

XIII - organizar e manter atualizados um cadas-  
tro das entidades governamentais e não governamentais, e de progra-  
mas de atendimento às crianças e adolescentes no município, visan-  
do subsidiar pesquisas e estudos;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

## DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 5 -

XIV - mobilizar a opinião pública no sentido da indispensável participação da comunidade na solução dos problemas da criança e do adolescente;

XV - incentivar a capacitação e o aperfeiçoamento de recursos humanos necessários ao adequado cumprimento da - Lei nº 8.069/90.

Artigo 9º) - O Conselho Municipal manterá uma secretaria geral, destinada ao suporte administrativo-financeiro necessário ao seu funcionamento, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

### SEÇÃO III

#### DOS MEMBROS DO CONSELHO

Artigo 10) - O Conselho Municipal dos Direitos - da Criança e do Adolescente é composto de 10 (dez) membros e 10 - (dez) suplentes, sendo:

I - 05 (cinco) membros representando o município provenientes dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social
- b) Secretaria Municipal de Educação
- c) Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo
- d) Secretaria de Finanças
- e) Secretaria do Planejamento

II - 05 (cinco) membros indicados por organizações representativas, não governamentais de defesa e atendimento - dos direitos da Criança e Adolescente, da sociedade civil:

- a) 1 representante das entidades de defesa e atendimento da Criança e do Adolescente portador de deficiência;
- b) 2 representantes de Obras Sociais;
- c) 1 representante de Associação de Pais e Mestres (APM)
- d) 1 representante dos movimentos populares ou conselhos (Sindicato, Pastoral da Criança e Associação de Amigos de Bairros).





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 6 -

§ 1º - Os conselheiros representantes das Secretarias serão indicados pelo Prefeito, dentre pessoas com poder de decisão no âmbito da respectiva Secretaria, no prazo de 10 (dez) dias, contados da solicitação, para nomeação e posse do Conselho.

§ 2º - Os representantes de organizações da sociedade civil serão eleitos pelo voto das Entidades representativas, com sede no município, reunidos em Assembléia convocada pelo Prefeito, mediante edital publicado pela imprensa, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, para nomeação e posse do Conselho.

§ 3º - A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 4º - Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 02 (dois) anos, admitida a renovação apenas por uma vez e por igual período.

§ 5º - A função de membro do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

§ 6º - A nomeação e posse do primeiro Conselho - far-se-á pelo Prefeito, obedecida a origem das indicações.

## SEÇÃO IV

### DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 11) - A substituição do membro titular ou suplente quando desejada pelo órgão público ou organizações representativas da sociedade civil, deverá ser solicitada por carta, - com apresentação de justificativa a ser apreciada pelo Conselho.

Artigo 12) - A substituição do membro titular ou suplente quando desejada pelo Conselho, deverá ser solicitada por carta ao Prefeito ou às organizações representativas da sociedade civil, com apresentação de justificativa.

Artigo 13) - No caso de afastamento temporário - ou definitivo de um dos membros titulares, automaticamente assumirá o suplente com direito a voto.

Artigo 14) - Os membros suplentes, quando presen-



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

ESTADO DE SÃO PAULO

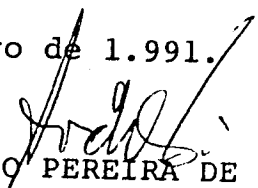
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

- 7 -

(presen-) tes à reuniões, terão assegurado o direito de voz, mesmo na presença dos titulares.

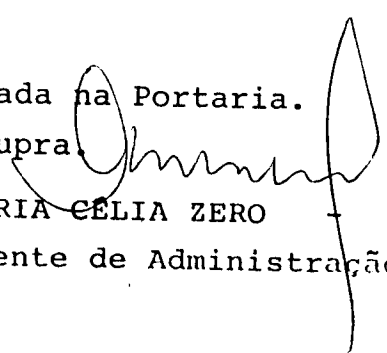
Artigo 15) - Esta lei entrará em vigor na data -  
de sua publicação.

Pirassununga, 06 de novembro de 1.991.

  
- EUBERTO NEMÉSIO PEREIRA DE GODOY -  
Prefeito Municipal

Publicada na Portaria.

Data supra.

  
- MARIA CÉLIA ZERO -  
Assistente de Administração.